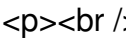


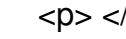
## Preservale em defesa do Rio

Escrito por Administrator

Sex, 11 de Novembro de 2011 00:00

---

  
O Preservale se juntou aos mais de cento e cinquenta mil cariocas e fluminenses que invadiram as ruas do Centro do Rio de Janeiro, no dia 10 de novembro, numa clara demonstração de força e de amor ao Rio de Janeiro e contra o projeto aprovado pelo Senado que reduz dos atuais vinte e seis por cento para 17 por cento, em 2012, a distribuição dos Royalties para os estados produtores e, em 2019, para quatro por cento.

  
O Preservale se juntou aos mais de cento e cinquenta mil cariocas e fluminenses que invadiram as ruas do Centro do Rio de Janeiro, no dia 10 de novembro, numa clara demonstração de força e de amor ao Rio de Janeiro e contra o projeto aprovado pelo Senado que reduz dos atuais vinte e seis por cento para 17 por cento, em 2012, a distribuição dos Royalties para os estados produtores e, em 2019, para quatro por cento.

Depois de seguirem em caminhada pela Avenida Rio Branco junto com o assessor de comunicação Júlio Cesar Rocha (foto), o presidente do Preservale, Nestor Rocha, e sua esposa, a jornalista Liliana Rodriguez, munidos de adesivos do Instituto, levaram pessoalmente o apoio do Instituto ao Governador do Estado, Sergio Cabral. Para Nestor, o momento de união em torno da manutenção dos recursos dos royalties no Rio. "Tirar do Estado do Rio estes recursos penalizar a população e sacrificar projetos de desenvolvimento, como aqueles que visam a revitalização do Vale do Café fluminense", disse.

O que está em jogo é uma receita de vinte e oito bilhões de reais provenientes dos Royalties e do Fundo de Participação. Os 87 municípios do Estado do Rio, que serão afetados caso a redistribuição dos royalties seja concretizada, não podem contabilizar os prejuízos que afetar o funcionalismo. Em Macaé um dos cenários mais graves: as perdas devem chegar a R\$ 150 milhões no ano que vem. Isto significa que a cidade poderá ter de 35% a 40% a menos de royalties do que em 2011.

São dois projetos possíveis. Um, que acaba de ser aprovado pelo Senado e que deseja tirar de estados e municípios produtores e distribuir essas compensações para Estados e Municípios que não têm nenhum impacto ambiental decorrente do processo de produção e que vão receber o dinheirinho na mamata, e outro, proposto pelas bancadas do Rio e Espírito Santo, que quer distribuir mais dinheiro aos Estados e Municípios não produtores, mantendo a participação dos Produtores, mas reduzindo a parcela da União e taxando os produtos que hoje são isentos de impostos.